

O MOBILIÁRIO PRECIOSO LUSO-ASIÁTICO E AS COLECCÕES
RENASCENTISTAS (KUNSTKAMMERN)
THE LUSO-ASIAN FURNITURE AND THE RENAISSANCE COLLECTIONS
(KUNSTKAMMERN)

Álvaro Sequeira Pinto*
Universidade Católica Portuguesa

Resumo.

O estudo do mobiliário como fenómeno colecionista tem sido muito pouco aprofundado, ou mesmo deixado para segundo plano, em relação a outras áreas das artes decorativas.

Há, no entanto, uma área muito específica de mobiliário, ligado a uma aventura de conhecimento e descoberta do Universo que, não apenas por este facto, mas também pelos materiais nele utilizados, pelo seu exotismo, pela originalidade das suas decorações, pelos métodos empregues nos seu fabrico, pelas alterações das formas, pela originalidade das ferragens, pelo seu atrevimento, pela sua riqueza, pela sua novidade, pela sua cor, pela sua minúcia, merece ser destacado do restante e carece de tratamento específico do ponto de vista do Coleccionismo.

Não apenas por estas razões mas também pelo seu simbolismo, pelo significado de poder e opulência que os mesmos chegam a representar. Pelo destaque social e político que, muitas vezes, atribuem ao seu proprietário.

São móveis, mesmo que de muito pequeno porte, como pequenas caixas, cofres ou contadores, ocupam um lugar muito importante nas "Camaras de Maravilhas" do séc. XVI. Transportadas nas naus que arribavam a Lisboa espalhavam-se por toda a Europa como objectos de culto. Culto de um Novo Mundo, ainda ao alcance de muito poucos, cheio de mistério e de mistérios, de misticismos e lendas, de cuja prova esses mesmo objectos eram, muitas vezes, a demonstração real.

Para se falar de um verdadeiro coleccionismo deste tipo de mobiliário têm que se ter reunido as condições para tal. Ou seja: uma especial apetência para a sua aquisição e procura, uma classe alta e nobre especialmente apaixonada por esta classe de objectos, uma oferta significativa, e portanto centros de fabrico com

*E-mail: apinto@jpleitao.pt

produções minimamente organizadas, uma rede de comércio especializada, comerciantes que sabiam dessa apetência, encomendas e quem as orientasse no local de origem, agentes especialmente vocacionados e orientados para este tipo de mobiliário e para a sua distribuição a partir de Lisboa para toda a Europa.

Muitas das grandes famílias europeias da época tinham os seus próprios compradores sedeados em Lisboa. Não tendo, propriamente, prova documental de que estes "procuradores" buscavam mobiliário luso-oriental, se procuravam jóias, bezoares e pedras preciosas da Rua Nova dos Mercadores em Lisboa não ficariam, certamente, indiferentes a um cofre de tartaruga ou a uma caixa de marfim. Muito menos a um contador, especialmente concebido para as conter e guardar.

Não temos dúvidas, pela quantidade de exemplares existentes nos dias de hoje, da enorme produção deste tipo de mobiliário, incidentemente no séc. XVI.

Também não temos dúvidas da raridade de alguns deles, exactamente pela razão contrária e pelo facto de, raramente ou nunca, constarem de qualquer inventário.

Podemos afirmar, sem receio, que este mobiliário se espalhou por toda a Europa renascentista; encontramos-lo em importantes colecções europeias e colecções reais europeias. São ofertas frequentes entre famílias nobres e reais, de que D. Catarina de Áustria, Rainha de Portugal, é o exemplo mais eloquente no espaço europeu.

Tentamos demonstrar a importância do rincão ibérico na génese das "Kunstskammern" e grandes colecções de Exótica na Europa renascentistas.

Palavras-chave: Kunstskammern, Exótica, Mobiliário Luso-oriental, Namban, Descobrimentos.

Abstract

The study of furniture as a collector's phenomenon has yet to be properly explored, while being deemed secondary to other decorative arts.

There is, however, a very specific type of furniture, related to the so-called 'adventure of knowledge' brought by the Age of Discovery that, not only by this fact but given the materials used, its exoticism, the original character of its decoration, the methods employed in its craftsmanship, the innovation depicted by its shapes and forms, the originality of its metal fittings, its boldness, richness, freshness, colour, and detail deserves to be emphasized from the rest and lacks specific treatment from the collector's point of view.

Not only for these motives, but also by its symbolism and the meaning of power and splendour that it represents, through the social and political highlight that is often attributed to its owner.

This type of furniture, even if small in size, such as small boxes, caskets or cabinets, occupies a very important part of the "Chamber of Wonders" that marks the sixteenth century. Transported in the ships that arrived in Lisbon, they spread throughout Europe as glorified objects, representing a New World that was at the reach of very few and was embedded with mysteries, with myths and legends, and often serving as proof of its existence and truth.

In order to discuss a true collector's practice regarding this kind of furniture, the right conditions must be assured. That is: a special aptitude for its pursuit and acquisition, a noble class drawn to this class of objects, a significant offer and organized production centres, a web of specialized commerce, merchants aware of this demand, client orders and someone to orient them at the origins, and also specialized agents towards this type of furniture and its distribution from Lisbon to the rest of Europe.

Many of the great European families at the time had their own buyers based in Lisbon. Not having documented proof that these agents were looking for Luso-Oriental furniture, if they were searching for jewellery, bezoars and precious stones at the Rua Nova dos Mercadores in Lisbon, they would certainly not be indifferent to a tortoiseshell casket or to an ivory casket. Much less a cabinet, especially designed to keep and store these objects.

We have no doubt, given the number of these objects known today, that they were heavily manufactured, mainly in the sixteenth century.

Simultaneously, we do not doubt the rarity of some of these objects for the opposite reason, as they rarely, if ever, were recorded in any inventory.

We can state, without fear that this type of furniture spread through Renaissance Europe. We find it in important European collections, as well as in Royal collections. Gift giving of this type of objects was frequent amongst noble and royal families, and the most eloquent example in Europe is Catherine of Austria, Queen of Portugal.

We have tried to demonstrate the importance of the Iberian nook in the genesis of the “Kunstkammern” and the great exotic collections in Renaissance Europe.

Keywords: Kunstkammern, Exotic, Luso-Oriental furniture, Namban, Discoveries.

*“Não há dúvida que as navegações deste reino de cem anos a esta parte são maiores, mais maravilhosas, de mais altas e discretas conjecturas, que as de nenhuma outra gente no mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por ele sem nenhum receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos. E o que mais é: novo céu, novas estrelas...”*¹.

Estas palavras, que foram impressas, em 1537, em Lisboa, num livro de que existe uma primeira edição na Biblioteca Pública de Évora, foram escritas por Pedro Nunes, professor da Universidade de Coimbra, cosmógrafo, geógrafo, matemático de renome mundial que, ao tempo e, situados onde estamos, equivale a dizer europeu, reflectem cabalmente o essencial da aventura marítima portuguesa, movimento que mudaria o Mundo, pondo em contacto os povos de todos os Continentes, em menos de um século.

Podemos dizer sem receio que os Descobrimentos Portugueses deram a conhecer a real dimensão da Terra (Fig. 1), mas muito mais, como a diversidade dos seus habitantes, das plantas e dos animais que a povoavam e, em parte, ainda povoam, além de que desfizeram os mitos que, ainda no início da Idade Moderna, povoavam a mente dos homens europeus. Então, era tido como verdade que a zona equatorial era desabitada, que não havia antípodas, e também que muitos monstros povoavam terras e mares, etc.

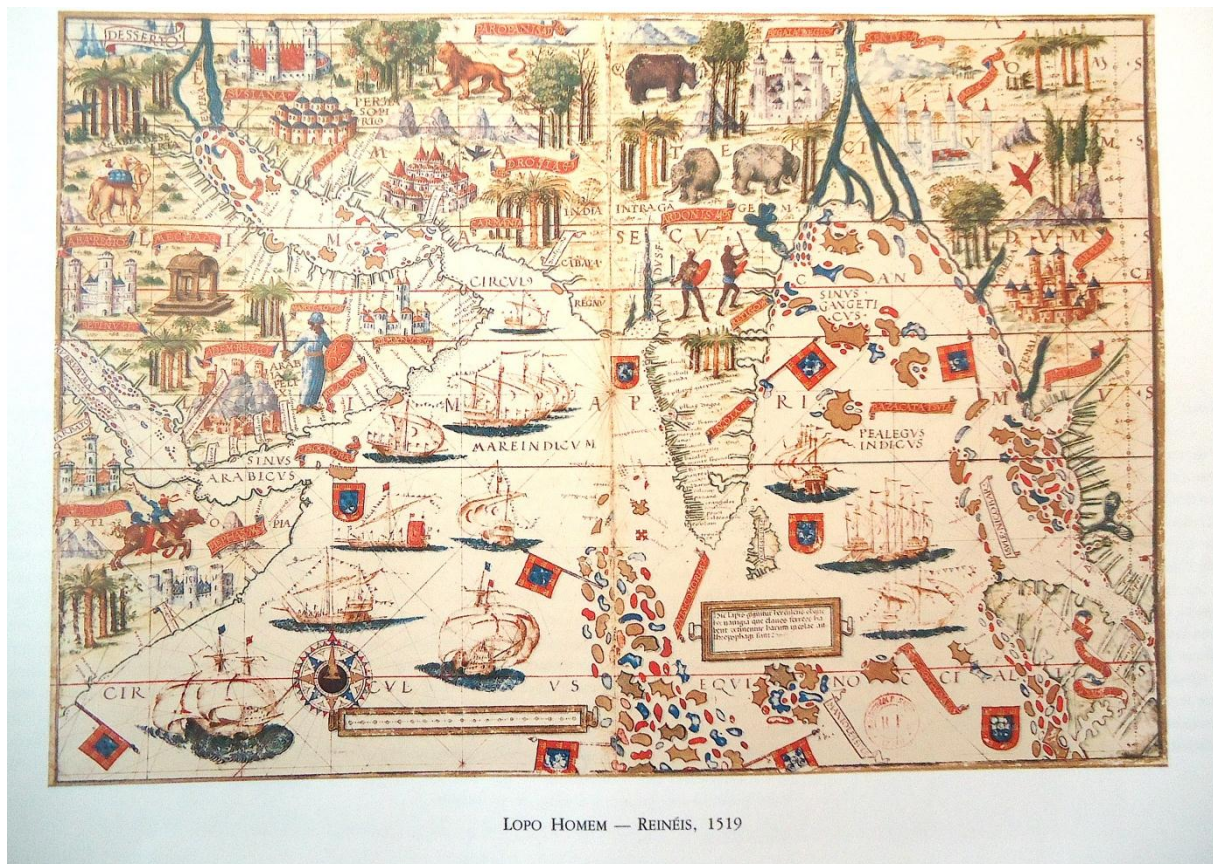


Fig. 1

Os Descobrimentos Marítimos não foram obra de acasos, pelo contrário, foram meticulosamente preparados e as novidades com que os navegantes se deparavam eram anotadas rigorosamente e depois transmitidas à Corte de Lisboa ². No regresso ao Rio Tejo, os navegadores traziam animais até então nunca vistos ³, novas espécies vegetais ⁴, homens de raças desconhecidas, e até amostras de água, para se perceber das suas propriedades e da possibilidade das suas fontes servirem no abastecimento das armadas. No interior das barcas, caravelas, naus e galeões, chegaram a Lisboa tecidos, esculturas em marfim, em ouro e cristal de rocha e também móveis em madeiras raras ou igualmente desconhecidas, algumas ornamentadas com embutidos ebúrneos, móveis revestidos com a carapaça de tartarugas, e com madrepérola, ou mesmo pele de tubarão. Mas podemos continuar a lista com toda a gama de jóias, tecidos de seda bordada, veludos e cetins, enfim, obras de arte preciosas que causaram o espanto de quem as via e que aguçaram o espírito dos homens mais cultos, levando-os a recheiar com elas as suas câmaras de maravilhas ⁵.

Porém, o carácter experimental e de alargamento excepcional dos conhecimentos técnicos e científicos foram certamente o maior contributo português durante os séculos XV e XVI, sobre o que abundantíssima bibliografia, escrita já a partir do fim do século XIX, que nos escusamos aqui de citar, numa comunicação centrada sobre um tema muito específico.

Pode dizer-se que com a viagem mítica de Vasco da Gama, em 1498, dobrando o extremo sul do Continente Africano, e pondo em contacto continuado, até hoje, a velha Civilização Europeia e a não menos antiga e sofisticada Civilização Indiana e, em breve, toda a Ásia e Oceânia, terminou o tempo dos Mundos Fechados e iniciou-se a Era do Mundo Aberto ⁶. Há já muitas décadas, Arnold Toynbee considerava que a História da Humanidade tinha um antes e um depois da viagem do Gama até Calicute, cidade empório e rica situada no Malabar. Também se assume que este foi o momento do nascimento da Globalização que hoje vivemos e aprofundamos.

Esta nossa comunicação tem por objecto essencial as câmaras de maravilhas do Renascimento e o seu enriquecimento com obras de arte asiáticas, numa primeira fase, trazidas pelos portugueses, desde o fim do século XV, movimento que continuou durante muito tempo, mesmo para além da viragem para os anos de Seiscentos. É óbvio que nelas também existiram objectos raros e preciosos vindos de outras latitudes e longitudes, como da América Espanhola, do Brasil de onde chegou, mais tarde, arte plumária, e de África, sobretudo marfins e bronzes. Habitualmente -- e é com tristeza que o dizemos -- a bibliografia internacional, tende em esquecer, habitualmente, o papel de Portugal e de Espanha na difusão do exotismo na Europa. Porém, analisada com cuidado a documentação existente nos arquivos da Península Ibérica, e noutros de além Pirenéus, mas que a nós reportam, como os de Roma, Londres, Bruxelas, Haia, Viena, etc, podemos estabelecer com clareza que as colecções de objectos e espécies exóticas, da Europa baseadas nas maravilhas do Oriente e das Américas, tiveram a sua génese por mãos de gente do rincão hispânico.

Há quem defenda que as câmaras de maravilhas quinhentistas e seiscentistas tiveram origem nas escuras salas ou casas-fortes dos tesouros régios e dos grandes senhores nobres e eclesiásticos, onde guardavam preciosidades, sobretudo pelo seu valor venal, e também moeda corrente. Igualmente se aponta a origem para os santuários de relíquias e alfaias das grandes instituições da Igreja ⁷. Aceitamos sem qualquer problema que estas realidades tenham tido importância numa futura organização de espaços fechados e muito privados, mas o intuito destas realidades era bastante diferente.

É certo que, no século XV, na Itália, já havia príncipes que tinham preciosidades em câmaras quase secretas, os “studiolos”, onde guardavam raridades, mas esse era um colecionismo em que se misturavam obras europeias, muitas vezes da Antiguidades Clássicas, com obras contemporâneas, como esculturas, pinturas dos grandes mestres do tempo, manuscritos iluminados, trabalhos de ourivesaria e joalheria e, eventualmente, alguma peça oriental chegada através do Mediterrâneo ou mesmo da milenar Rota da Seda. Ficaram famosos os “studiolos” italianos dos palácios de Ferrara, Urbino e Gubbio, pertencentes às famílias dos Este e dos Montefeltro, ainda do século XV, mas não há prova de possuírem peças de origem exótica, pelo menos significativas.

O desenvolvimento destes estúdios e câmaras de maravilhas deu-se sobretudo no século XVII, quando já chegavam à Europa obras trazidas por outros que não só os portugueses. Seria interessante ver a gravura que representa a câmara de Ferrante Imperato, um farmacêutico de Nápoles, no palácio Gravina, publicada em 1599, e mostro uma pintura de outro, executada por Franz Franken II, em 1636, mas cujo proprietário não identificámos (Fig. 2).



Fig. 2

Com os Descobrimentos Portugueses e a chegada à Europa de obras africanas, primeiro, no século XV, e da Ásia, ainda nos últimos dois anos desse mesmo século, o interesse dos poderosos virou-se para o orientalismo, nas suas diversas vertentes: *artificialia*, onde eram agrupados objectos e obras de arte ou artificinais; *naturalia*, com criaturas e objectos naturais; *exotica*, a que pertenciam também plantas e animais exóticos; e *scientifica*, onde estavam instrumentos científicos, mapas e instrumentos de navegação.

Posta a questão dos estúdios quatrocentistas italianos e da sua vertente essencial de ambiente acolhedor, para obras europeias, como através dos seus inventários e das pinturas remanescentes se percebe, poderemos afirmar com alguma segurança que foi o monarca português D. Manuel I, que reinou entre 1495 e 1521, casado sucessivamente com duas filhas dos Reis Católicos -- D. Isabel e D. Maria -- e, finalmente, num enlace tardio, com D. Leonor, irmã de Carlos V -- quem possuiu aquilo a que poderemos chamar a primeira câmara de maravilhas dedicada à Exótica ou, pelo menos, uma pré-câmara de maravilhas, pois guardava nas divisões contíguas à sua alcova as peças que iam chegando de além-mar e de que mais gostava.

Está também documentado que ofereceu algumas dessas obras a familiares, desde logo a mãe e a irmã, a duquesa de Beja D. Brites e a “rainha velha” D. Leonor, viúva de D. João II, a cabeças coroadas da Europa e não só, a começar por Castela, e a instituições religiosas. Finalmente, e não menos importante, aos sumos pontífices, destacando-se tudo o que enviou, na embaixada de 1514, a Roma, que espantou a Europa, nomeadamente com os seus animais exóticos vivos, como dois leopardos, uma pantera, papagaios, perus raros e cavalos persas; e mesmo um rinoceronte que morreu no caminho ⁸.

No seu palácio da Alcáçova e, depois, no ribeirinho de Lisboa, D. Manuel também juntava leões africanos, rinocerontes da Índia, elefantes do Ceilão, macacos, papagaios e todas as outras espécies que com mais ou menos dificuldade os seus capitães lhe faziam chegar. Parece poder contabilizar-se, na Corte de Lisboa, dezassete elefantes, ao longo do século XVI. Damião de Góis, o cronista régio e celebrado humanista, informa-nos na sua crónica sobre D. Manuel que ele chegou a ter ao mesmo tempo cinco elefantes, quatro machos e uma fêmea, e foi o primeiro monarca a tê-los. Quando saía em cortejo por Lisboa, levava à frente os ditos paquidermes e também um rinoceronte fêmea que depois mandou ao Papa, e também um cavalo persa com uma onça no dorso, igualmente mandado para Roma, na embaixada a Leão X. Isto é uma prova cabal pelo interesse por tudo o que era exótico, pelo que não havia na Europa, mas que então Portugal punha à disposição do Velho Continente.

Mas, o interesse de D. Manuel I pelo exotismo era genuíno, caso contrário não teria sentido a cena que se passou, quando Vasco da Gama chegou a Lisboa, em 1499, e foi recebido pelo monarca, no palácio real da Alcáçova. Encontrando-se com o seu soberano, para lhe dar conta de tudo o que passara, o Gama informou-o do que tinha nas naus e logo, o rei manifestou o desejo de ver as maravilhas, os tesouros, pelo que mandou ir o capitão Nicolau Coelho às casas da rainha, para levar “... *huma arca, em que vinhão todas as joyas e panos pera*

ElRey ... Nicolao Coelho abrio a arca, e apresentou no estrado da Rainha os colares e joyas, e panos d'ElRey de Cananor e Melinde, e as cartas nas folhas d'ouro, e o pedaço do ambre, que a Rainha mais estimou, e assi o almiscere e bejoim, e porcelanas que se comprarão em Celecut ...” ⁹.

Esse interesse está também manifestado na série de tapeçarias, conhecidas hoje como à “maneira de Portugal e da Índia”, uma série que previa vinte e nove cenas ou encasamentos, mas que não chegou a ser completada, embora se conservem diversos exemplares, feitas num período que abrangerá cerca de duas décadas, mas com autores distintos dos cartões, e igualmente saídas de distintos ateliers. A mais famosa é a que representa a chegada de Vasco da Gama a Calicute, (Fig. 3) mas outras conservadas mostram animais africanos e asiáticos e habitantes de zonas inóspitas. Num documento que se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, embora sem data, mas que deve ser de um ano imediatamente anterior a 1509, anotam-se novas temáticas, fruto de uma conversa entre o próprio rei e o seu secretário, seguramente António Carneiro ¹⁰. Os panos a mandar fazer, na Flandres, na sequência dos que já estavam feitos e dos que estavam encomendados, deviam relatar a viagem de Vasco da Gama e todo o exotismo que a rodeou, bem como as viagens seguintes de Pedro Álvares Cabral, D. Francisco de Almeida, D. Lourenço de Almeida, Lopo Soares de Albergaria, etc.

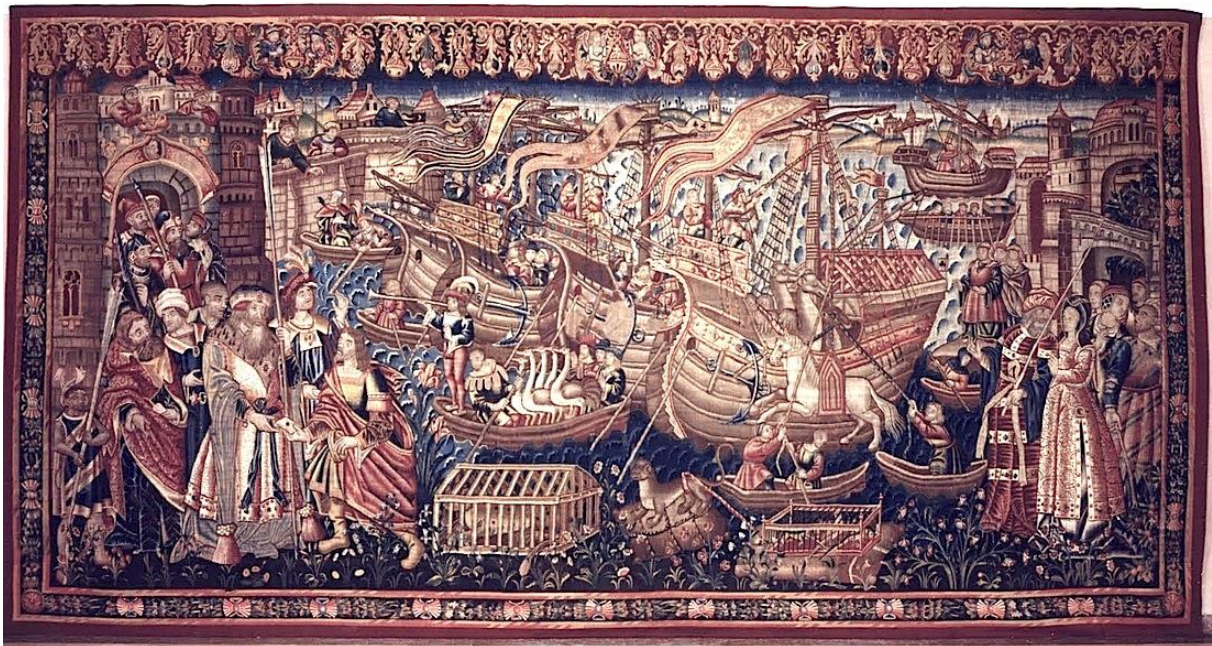


Fig. 3

Em 1504, já aparecem tapeçarias com esta temática anotadas no inventário de Filipe-o-Belo e, em 1510, estão documentadas, saídas do atelier de Jean Garnier de Tournai, numa encomenda de um tal Monsieur de Deville, para dar a um grande de França, cuja identidade ignoramos, e também mais cinco, estas pedidas a Arnault Poissonier, para a cidade oferecer a Robert de Wictlif, membro do Conselho do Rei. Também Maximiliano I encomendou a este mesmo

artista uma “*história de gentes e animais selvagens à maneira de Calicute*”. As anteriormente referenciadas também eram designadas como “*à maneira de Portugal e da Índia*”¹¹. Parece claro que os ventos do gosto pelo exotismo sopravam de Lisboa, desde época muito recuada, no século XVI, para o Centro e Norte da Europa.



Fig. 4

Os Reis Católicos receberam de D. Manuel I várias peças exóticas, de que destacamos apenas olifantes de marfim com a respectiva heráldica, (Fig. 4) como o do Museu Nacional de Camberra, do Museu Nacional Arqueológico de Madrid, o da Coleção Walt Disney, etc.¹². Mas temos que fazer uma breve referência ao tesouro ou à câmara de maravilhas americana constituída por Carlos V, com os primeiros tesouros astecas entregues aos espanhóis pelos emissários de Montezuma, e que Hernán Cortéz enviou do Novo Mundo.

Haviam já causado admiração quando foram expostas em Valladolid, e depois foram depois mostrados, em público, juntamente com seis Astecas (ou, mais correctamente, mexicas), quando da coroação de Carlos V, em Aachen, em Outubro de 1520. Curiosamente, foi a primeira câmara de maravilhas itinerante, pois o imperador mostrou-a, para seu enobrecimento, em várias cidades dos seus vastos domínios em que estanciou.

Segundo conta uma testemunha ocular, Bernal Díaz del Castillo, na sua *Historia Verdadera de La Conquista de La Nueva Espana*, os presentes oferecidos aos conquistadores incluíam “*uma roda como o sol, tão grande como a roda de um carro, com muitas gravuras, todas em ouro, uma coisa magnífica de se contemplar e muito valiosa...*”; outra roda maior “*feita de prata muito brilhante, numa imitação da lua*” “... um chapéu cheio até a borda com grãos de ouro, um cocar feito com as plumas de um pássaro raro, o quetzal ou serpente emplumada, deus dos astecas. O tesouro incluíam também estatuetas de animais, como patos, cachorros, tigres, leões, macacos, um arco e flechas de ouro, etc.”¹³.

Mas, voltando a D. Manuel I, e deixando de lado o seu jardim zoológico cheio de animais selvagens e pássaros ornamentais, o jardim anexo ao paço da Ribeira, onde cresciam plantas vindas de África, América e Ásia, e um luxuriante laranjal, vejamos algumas das peças exóticas orientais que tinha junto de si, e

que via constantemente, no momento da sua morte. Claro que temos que citar apenas algumas, e passamos adiante as porcelanas Ming de que já falámos e que, em breve, chegariam via Malaca e Goa, já com o Escudo Real Português, a Esfera Armilar, que era, desde D. João II, a empresa privativa dos reis portugueses, e o anagrama de Cristo em caracteres gregos, que não se podem confundir com o futuro da Companhia de Jesus (Fig. 5), como se pode admirar neste prato covo da dinastia Ming e certamente ainda dos últimos anos de reinado do próprio D. Manuel I.



Fig. 5

Algo que D. Manuel I muito apreciava eram as jóias indianas e cingalesas. Só entre Agosto de 1510 e Maio de 1515 há referências nos seus livros a uma quantidade impressionante, e uma gargantilha de ouro, especificamente designada como vinda “...da Índia com três rosas e trinta e seis robis.”¹⁴

Uma ótima fonte de informação é o inventário feito, quando da sua morte¹⁵, sendo certo que nesse infausto mês de Dezembro de 1521, já muitas preciosidades que estiveram nos seus palácios tinham sido oferecidos a grandes da Europa, monarcas e pontífices, e mesmo embaixadores ou nobres de elevado estatuto. Tinha uma grande pérola dada pelo rei de Ormuz com a qual mandou fazer um castão de ouro esmaltado, um cutelo da Índia que comprou a Alexandre Ataíde, um punhal cravejado de rubis e diamantes dado pelo Crisna, ou seja, um rajá não identificado, até porque Crisna era uma divindade, certamente de alto nível, mas não era o único, havia mais e até dois com os cabos esculpidos em forma de mulher. Tecidos eram imensos, porcelanas e vasos de prata chineses, dois jogos de xadrês de dobrar indiano com as peças todas de marfim douradas a figurarem pessoas, elefantes, etc., e aproveitamos para apresentar já um desses tabuleiros, embora um pouco posterior, de origem mogol, saído de um grande atelier (Fig 6). Um dos tabuleiros de D. Manuel I tinha dobradiças em prata lavrada, mas também com pedras para gamão. Tinha ainda uma caixa e um cofre

de prata indianos, e apresentamos dois cofres e uma caixa com pedras preciosas ainda do século XVI, mais tardios, portanto, mas que não seriam muito distinto do referido (Fig 7), além de duas outras marchetadas, mas em madeira, para guardar perfumes.



Fig. 6



Fig. 7

Pelas descrições pensamos que a maioria destas peças exóticas estavam dentro de arcas e não em armários, como eram organizados os “studiolos” italianos, arcas essas que podiam ser indianas, de Cochim, até porque foi nesta cidade que se estabeleceu a nossa primeira feitoria, na Índia, em 1503, e essa cidade foi uma produtora intensiva de arcas em angelim (Fig. 8), como esta, que praticamente só se dava nessa região, para transportar materiais caros e perecíveis para Portugal, arcas que copiavam, ainda no século XVII, as arcas quatrocentistas portuguesas feitas em castanho ou carvalho e com ferragens de ferro, como esta. Em 1698, Plácido Francesco Ramponi, o escultor que Cosimo II Medice enviou a Goa, para montar o novo monumento funerário de São Francisco Xavier, na casa-professa do Bom Jesus, executado em Itália por Giovanni Battista Foginni, refere essas arcas de Cochim no seu diário: “...as lojas da cidade estão cheias de mercadoria e, entre as várias ruas, a dos Banianes é muito longa e de um e outro lado vêem-se tais lojas cheias de arcas de Cochim recheadas de linhos, turbantes, tecidos ricos ...”. E acrescentava “... que são feitas de seis pranchas de comprimento de 2 braças e às vezes 3, mas podem ter de 3 a 5 braças, e revestem as extremidades com ferragens e na tampa põem duas fechaduras. Tanto em terra como no mar...”¹⁶.



Fig. 8

Não vamos continuar com os objectos exóticos de D. Manuel I, pois a lista é extensa, mas não podemos deixar de lembrar que mandou mesmo vir de Goa o ourives Rauluchantim, ou Raluchatin, que era o mocadão dos ourives goeses, para trabalhar na Corte de Lisboa, entre 1518 e 1520, fazendo obras à maneira indiana¹⁷. Já em 1515 fizera para Afonso de Albuquerque fez um punhal, e

mesmo depois do seu regresso à Índia, continuou a mandar obras par a Corte, através de Martin Afonso de Melo e Hércules de Andrade.

Os tesouros orientais de D. Manuel I teriam sido muito mais se a nau *Flor do Mar*, onde vinha Afonso de Albuquerque, não tivesse naufragado. O próprio governador e futuro vice-rei salvou-se a custo mas morreram as bordadeiras indianas ou chinesas que vinham para a Corte, para trabalhar para a rainha D. Maria, e perderam-se os presentes de potentados orientais e muitas obras exóticas e de alto preço que Albuquerque foi recolhendo e que desejava entregar ao seu monarca. Sabemos que vinham quatro perfumadores de ouro com forma de leão cravejados de pedras preciosas, três tapetes persas, um saio de brocado, várias peças de veludo, o cabo do andor do rei de Calicute, uma adaga persa, uma espada com um grande rubi no cabo, uma copa em ouro do rei do Sião, etc.¹⁸.

Mas não foram só os reis e rainhas de Portugal que, em época muito precoce, em relação ao resto da Europa tiveram esse gosto pelo exótico e constituíram de forma mais ou menos sistemática colecções. Nesta fase, destaca-se D. João de Castro, aqui representado numa escultura flamenga (Fig. 9) que foi um grande apreciador de obras de arte orientais, quer da arquitectura hindu, quer das obras móveis, particularmente das preciosas que conseguiu adquirir no Oriente, o que o levou a visitar e a comentar em escritos alguns sumptuosas templos hindustânicos que o maravilharam. Interessou-se igualmente pelas singularidades da Natureza, pela Fauna e pela Flora da África e da Ásia, além de que foi um cultor da Hidrografia, estudando as correntes, as embocaduras e até parte do leito de grandes rios, fazendo aquilo a que podemos chamar a cartografia do mar. Deixou-nos ainda vistas de zonas costeiras e de cidades da África Oriental, do Golfo Pérsico e da Índia. D. João de Castro contribuiu igualmente para o enriquecimento da câmara de maravilhas da rainha D. Catarina de Áustria, uma das maiores colecionadoras de toda a Europa do século de Quinhentos¹⁹. A documentação que se conserva nos arquivos e os textos coevos que foram dados à estampa não deixam dúvidas a este respeito, e devemos ter presente que D. Catarina era irmã de Carlos V, e tinha familiares chegados em quase todas as grandes Cortes europeias²⁰. Para mostrar a sua magnanimidade, ou por efectivo amor, fez-lhes chegar jóias, porcelanas, esculturas em marfim, caixas lacadas e com embutidos, leques, e muitas outras coisas nunca vistas nessas paragens, algumas das quais ainda se conservam em museus europeus. Dessas, várias foram encomendadas ou compradas por D. João de Castro, ou foram ofertas suas.



Fig. 9

A aquisição de obras de arte ou jóias para oferecer, como simples recordação de viagem, está atestado pelo episódio já relatado, no qual o D. João de Castro pediu a D. Álvaro de Castro que lhe comprasse, em Diu, algumas, para dar às suas filhas, obras certamente de gosto mogol: “...se puderem achar alguns brincos com orelheiras, ou cousa desta qualidade, pera vossas irmãs, pedi a Rui Gonçalves que as merque”²¹.

Mas D. João de Castro também obteve preciosidades exóticas através de outros meios, concretamente dádivas de potentados locais. Em 1546, por exemplo, o rei de Bisnaga ofereceu-lhe peças de ouro, um diamante e outras preciosidades e, no ano seguinte, o mesmo rei fazia chegar-lhe às mãos uma “pateca” com um rubi grande, doze diamantes e esmeraldas, duas das quais de grandes dimensões. Não parece que tenha ficado com nada disto, mas que enviou tudo a el-rei, por sempre se considerar como seu representante.

Está bem documentada a oferta ao vice-rei de um cofre de marfim, com figuras em relevo, fechadura e chave em ouro, e montagens de prata. Recebeu-o, em Setembro de 1547, de Mayadunne, quando de umas tréguas entre Sitawaka e Portugal (Fig. 10). Também o mandou para D. João III, pois de outro modo não se justificaria que hoje estivesse na Residenz de Munique. O cofre já consta no inventário do tesouro de Alberto V da Baviera, feito em 1598, da autoria de Wittelbacher von Fickler. A face principal tem três relevos, sendo o central o mais interessante e também o mais intrigante. Podem ver-se dois homens, um vestido à europeia e outro à cingalesa, sentados frente a frente, em cadeiras de braços de feição portuguesa, a uma mesa de pernas cruzadas, do género das portáteis que havia para se armar. Devemos estar perante a interpretação do encontro entre D. João de Castro e Sri Radaraksa Pandita.

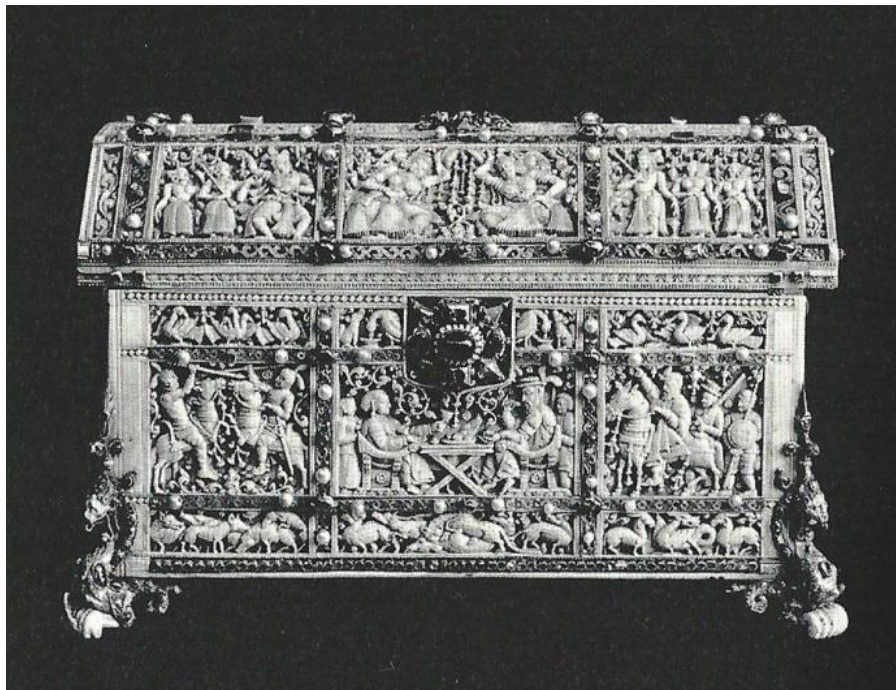


Fig. 10

Como vimos antes, na década de quarenta do século XVI, Portugal tomou declaradamente o seu partido contra o irmão, Mayadunne, o rei de Sitawaka (1521-1581). Bhuvanekabahu queria garantir a integridade do Reino, e colocar no Trono o seu neto. Foi na sequência destas movimentações políticas entre Kotte, Goa e Lisboa, que o monarca enviou, a Portugal, o embaixador Sri Radaraksa Pandita, que esteve em Lisboa, em 1542 e 1543, e que em numa aparatosa cerimónia fez coroar, em figura, o jovem neto e presuntivo herdeiro, Dharmapala (1551-1597), depois de baptizado, chamado D. João.

O embaixador trouxe várias obras para oferecer aos membros da família real, tendo cabido à rainha D. Catarina de Áustria um leque de marfim de forma circular e com as lâminas chatas que se fechavam sobre si mesmas, e alguns pentes do mesmo material, enriquecidos com pedraria preciosa. É bem possível que esse leque seja o que está hoje na *Kunstskammer* do *Kunsthistorisches Museum* de Viena de Áustria, um leque dobrável, em marfim, com um impressionante trabalho de escultura no cabo ²². Também a princesa D. Maria de Parma, portuguesa de nascimento, e sobrinha de D. Catarina, tinha dois leques do Ceilão, hoje no *Museo e Gallerie di Capodimonte* de Nápoles. Entre os inúmeros presentes, além dos que já referimos, interessa-nos mais o cofre de marfim todo feito com placas de marfim em baixo e médio-relevo (Fig. 11).



Fig. 11

As faces verticais representam cenas da Corte de Kotte, na parte traseira, e a apresentação e coroação do príncipe pelo rei português D. João III. As ligações e o fecho são feitas com elementos de ouro cravejado de rubis e safiras. Na parte central, pode admirar-se uma espantosa obra de ourivesaria, a fechadura em ouro, com forma de brasão, constituído por rubis e safiras. Na face principal temos, à esquerda, o rei Bhuvanekabahu, ou o embaixador Sri Radaraksa Pandita, embora nos inclinemos mais para que seja o primeiro, apresentando-o a D. João III, num ambiente de luxo, estando duas outras personagens a assistir, uma portuguesa e outra cingalesa, em segundo plano, atrás dos respectivos monarcas.

Uma questão que se põe é a da datação do cofre. Pode pensar-se que teria sido encomendado, por volta de 1540, quando o monarca de Kotte pensou a embaixada, prevendo o que iria acontecer. No entanto, o que se vê nas placas principais é um relato das cerimónias de Lisboa, que dificilmente poderiam ter sido adivinhadas. Assim, e concordamos com Amin Jaffer e Melanie Anne Schwabe, este cofre só deve ter sido realizado, depois do regresso do embaixador a Kotte, por sua encomenda ou, pelo menos, sob sua supervisão ²³. Posteriormente, fá-lo-ia chegar a Lisboa, via Goa. Assim, a datação tem que ser puxada para 1543, pelo menos. Mais ainda, podemos colocar a hipótese de que não tenha chegado às mãos de D. João III, que este nunca o tenha visto, e tenha levado descaminho, e acabado na Corte de Alberto V da Baviera. Há muito, que a Historiografia tem como certo de que foi comprado pelos agentes dos Fugger, em Lisboa, em 1566, juntamente com três pentes de marfim, que ainda existem, e com um anel de ouro. Constavam já do inventário feito, em Munique, em 1598, pelo conservador das colecções pessoais do duque, J. B. Ficker ²⁴. Os agentes dos Fugger estiveram particularmente activos, em Lisboa, na década de 50 do século XVI, fazendo avultados negócios, mas, apesar do seu volume ter diminuído depois, tal não invalida que tenham adquirido cofres e outras preciosidades; aliás, as pedras preciosas estiveram sempre sob a sua mira, assim como animais exóticos, além das especiarias, naturalmente.

Annemarie Jordan Gschwend, que tão bem estudou as colecções de D. Catarina de Áustria, a mulher de D. João III, irmã do imperador Carlos V, pensa que este cofre é um dos que está documentado nos seus inventários ²⁵. Seguindo esta autora, lembremos que anota dois, nos que foram redigidos em 1546-1548, seis no inventário de 1550-1554, e novamente dois, no de 1558. Parece claro que, ao longo da vida, a rainha foi adquirindo cofres, um dos quais ofereceu ao cunhado, o infante D. Luís, ainda antes de 1546.

D. Catarina de Áustria ofereceu outros presentes preciosos cingaleses a familiares seus. Os dois pentes com representação de animais e cravejados de rubis que estão na Schatzkammer da Residenz de Munique podem muito bem ter sido também ofertas suas. Sabemos que, em 1570, a infanta D. Maria recebeu um pente. Outra D. Maria, a primeira esposa de D. Filipe II de Espanha e, depois, I de Portugal, tinha dois destes pentes, ambos anotados no seu inventário póstumo, datado de 1545. Já antes, D. Catarina tinha dado à sobrinha e nora, D. Joana de Áustria, um cofre que fazia parte da sua câmara, e que esta acabaria por levar,

para o mosteiro das Descalzas Rales de Madrid. No inventário de 1773, diz-se textualmente: “...*Un cofre de marfil, labrado de imagineria y lazos, guarnecido en partes de oro, com rubies de Ceylán, que es en la India de Portugal con cerradura e llave de oro, que tiene el anillo lleno de los dichos rubinicos, que en siete partes tienen saltado los rubinicos, y en outra el esmalte, y el pestille está quebrado...*”²⁶.

O colecionismo da rainha portuguesa começa agora a ser tomado em conta, no contexto europeu, e foi iniciado bem cedo. Está documentado, por exemplo, um incidente, logo em 1537, quando os muçulmanos que comerciavam e faziam pirataria na Costa do Malabar atacaram as nossas naus da canela, roubando um cofre de cristal de rocha guarnecido de ouro e pedraria, que se classifica, textualmente, como “*obra de Ceylão*”, e que tinha dentro outras peças, tudo mandado fazer pelo feitor para enviar à soberana²⁷.

Em carta que D. Catarina enviou a D. João de Castro, expedida de Lisboa, a 18 de Março de 1547, agradeceu-lhe “...*o cuidado que (teve) de mandar Diogo Vaz, ourivez, a Ceilam pera se loguo começarem a fazer as cousas, a que o mandey, istimo muito, e he muy conforme aa confiança que tenho, que asy forgareis sempre de o fazer em tudo...*”²⁸. Sabemos que, em 1551, o mesmo ourives Diogo Vaz saiu de Goa, com destino a Lisboa, levando na sua bagagem um verdadeiro tesouro, para D. Catarina, tudo comprado em Kotte, em 1550. A lista inclui 91 pontas de ouro e pedraria, mais de 1.000 rubis pequenos, 500 esmeraldas, um pedaço de cristal grande, 9 marcos e 3 onças de âmbar, um colarinho e uma manilha de ouro e pedraria.

É claro que a execução de cofres em marfim e noutras matérias preciosas, como a carapaça de tartaruga era comum. Apresentamos um, (Fig. 12) mais simples, mas nem por isso menos precioso, ainda do século XVI, dos diversos que se conservam em colecções portuguesas, pois no nosso país também os há, ou porque se conservaram ou porque foram recuperados do estrangeiro mais recentemente, mas pela sua forma fica claro que eram para o mercado português. Não podemos ter outra leitura do facto de o feitor de Colombo, Nuno Freire de Andrade ter recebido 70 cofres, que pertenciam ao tesouro do rei de Kotte -- e eram só uma parte dos que tinha aí -- como garantia do apoio dos portugueses contra o rei de Sitawaka²⁹. Encontrámos vários cofres e baús de marfim no Ceilão, desta época ou um pouco posteriores, e a eles voltaremos, mais adiante.

Já que estamos a falar do Ceilão, devemos recordar que após 1506, ano da chegada dos portugueses, nasceu uma indústria de objectos preciosos para nos fornecer, copiando os modelos portugueses. Aproveitamos para mostrar algumas tipologias que através de Goa chegaram a Lisboa e, depois, ou ficaram nas câmaras de maravilhas portuguesas ou foram levadas para outras além-fronteiras, pelos agentes dos grandes senhores europeus. Desses móveis copiados destacam-se os contadores com portas, como este (Fig. 13), com um excepcional trabalho de marfim. Se a forma era portuguesa, em geral os motivos eram cingaleses.



Fig. 12



Fig. 13

Outro pequeno móvel precioso que os artistas de Ceilão fizeram para os portugueses, e lembramos que existe um destes nas Descalzas Reales de Madrid, por exemplo, foi o oratório, mas com claras influências estruturais e decorativas, com elementos vegetalistas e animais, dos que também usavam (Fig. 14). Naturalmente, os portugueses colocavam dentro figuras do Menino Jesus ou da Virgem e não ídolos budistas. São estruturados em corpos sobrepostos, com terminação piramidal e portas para fechar e abrir.



Fig. 14

O mais importante centro de fabrico de mobiliário e objectos de luxo e joalharia da Índia que forneceu os portugueses foi indiscutivelmente o Império Mogol, e dentro deste o Golfo de Cambaia, que dominava, tendo como principais escáfulas as cidades de Cambaia, então próspera e populosa, e a cidade de Surate (Fig. 15), que viria a sobreviver ao declínio da anterior. O tempo áureo do intercâmbio artístico entre portugueses e mogóis começou durante o reinado do imperador Akbar, de 1555 a 1605. Este monarca teve o primeiro contacto directo com os portugueses, em 1573, quando do cerco que fez a Surate, e quando os exércitos de ambos os lados estiveram a ponto de se enfrentar, pelo domínio de Damão. No entanto a nossa presença principal e mais antiga no golfo de Cambaia, que Akbar viria a incluir pela conquista nos seus domínios, foi Diu, que até 1580, aproximadamente, foi a principal porta de entrada e saída de mercadorias comuns do Gujarate para Goa e outras cidades luso-indianas. Em 1513, os portugueses desejaram estabelecer aí mais uma feitoria, mas não conseguiram, pelo que optaram pela conquista pelas armas, o que começou com o ataque fortíssimo comandado, em 1531, mas o sultão do Gujarate acabou por oferecer Diu aos portugueses, em 1535, como contrapartida por ajuda militar. Já os contactos iniciais com Damão ocorreram em 1523, quando aportaram aí os navios comandados por Diogo de Melo. Quando do enfrentamento entre os exércitos portugueses e mogóis estava iminente, em vez do esperado ataque, houve conversações de paz e um entendimento que foi a base das relações subsequentes. Foi nessa altura que alguns goeses lhe ofereceram preciosidades que o terão maravilhado o imperador Akbar.



Fig. 15

Dois anos volvidos, foi ele quem enviou Haji Habibulla Kashi a Goa, à frente de uma luzida deputação, que integrava artistas de diversos ramos, com a finalidade não só de comprar objectos e obras de arte, mas também de aprender as técnicas locais. Ao fim de dois anos, Haji Habubulla voltou, vestido à portuguesa, e com um cortejo de músicos que tocavam tambores e clarins lusitanos³⁰. O imperador Jahangir continuou as iniciativas do pai, aumentando os seus tesouros com obras indo-portuguesas e europeias, e pelo menos por duas vezes mandou comprá-las directamente a Goa. Em 1610, o seu valido Muqarrab Kahn encheu-lhe o palácio de Fatihpur Sikri com obras europeias trazidas de Surate e de outros portos de Cambaia e, em 1612, foi à capital do Estado Português da Índia, voltando com objectos preciosos e com animais, o caso de um cavalo árabe com arreios à europeia, e de um perú, que causou espanto, e viria a ter honras de ser retratado por um artista de nome Mansur.

Depois de Goa, a maior produção de mobiliário, mobiliário precioso e outro tipo de obras para os portugueses da Índia, e que depois eram exportadas, quer para Oriente quer para a África, Europa e depois também para o Brasil vinha das terras do Grão Mogol, de Cambaia, partindo sobretudo da cidade de Surate. Como exemplo dessas peças extraordinárias, apresentamos um excepcional contador de mesa, em teca, ébano e com embutidos de marfim, e que ostenta as armas de um nobre português, D. Duarte Luis de Meneses, Conde de Tarouca, Vice-Rei da Índia de 1584 a 1588, (Fig. 16), pois as encomendas específicas eram frequentes, quer da fidalguia quer das ordens religiosas.



Fig. 16

Nesta zona, além dos pequenos e preciosos móveis, fizeram-se milhares e milhares de grandes dimensões, como mesas, algumas articuladas, escritórios, arcas, cadeiras, oratórios, estantes de missal, camas, até forradas a madrepérola, como uma que o efêmero cardeal-rei D. Henrique deu ao rei de Marrocos em 1578.

Os viajantes espantavam-se por chegarem a Goa, anualmente três centenas de embarcações vindas daqui, carregadas de materiais. Jan Huyghen van Linschoten, que esteve na década de oitenta do século XVI, é claro, ao referir tecidos de algodão de vários tipos, alcatifas, tapetes vulgares ou bancais, cobertores, etc. Mas insiste e espantou-se sobretudo com “...graciosas mesas de jogo e tabulas, de marfim, e carapaça de tartaruga, muito primorosamente lavradas e embutidas, muitos belos sinetes e anéis e outras curiosidades em marfim e dentes de hipopótamo, assim como em âmbar pardo e amarelo, que ali abunda. Têm igualmente uma espécie de cristal de rocha, do qual fazem sinetes, botões, contas u rosários, e mil outras coisas e preciosidades. Tem vários tipos de pedras preciosas, como espinelas, robizes, granadas, jacintos, ametistas, crisólitos, olhos de gato, que são ágatas, e várias pedras de jasper...”³¹.

Linschoten atesta que, diariamente, de Goa é feito comércio com “... Bengala, Pegu, Malaca, Cambaia, China e todas as partes de Norte e Sul...”, e acrescenta que todos os dias há um mercado com gente vinda de todas as partes, exceptuando aos Domingos e feriados, juntando-se mercadores e fidalgos na mesma azáfama. Realizava-se na rua Direita e chamava-se “leilão”. Aliás, ilustrou esta rua com uma magnífica gravura, hoje muito divulgada (Fig. 17). Era aqui que os comerciantes europeus se abasteciam de tudo o que desejavam enviar para a Europa, pois das restantes cidades portuguesas da Índia também aqui afluíam os móveis e toda a sorte de maravilhas³².



Fig. 17

Outro viajante que regressou em 1610, François Pyrard de Laval, a propósito deste comércio de Cambaia, poucos anos depois, realça igualmente a imensidão de embarcações carregadas que chegam à Alfandega de Goa, salienta os tecidos, as jóias e materiais raros, mas detém-se com mais pormenor nos móveis, ; “...trazem também camilhas e leitos pintados e lacreados de todas as cores e feitios, com outros utensílios de casa do mesmo modo obrados.escritórios ao modo da Alemanha, marchetados de madre-pérola, marfim, ouro, prata e pedraria, tudo feito com muito primor. Fazem outros pequenos contadores, cofres, caixinhas de tartaruga, que eles tornam tão claras e polida, que não há nada mais lindo, porque estas conchas de tartaruga são lisas de sua natureza...”³³. Desta tipologia de cofres de tartaruga apresentamos este precioso exemplar, com montagens em prata, provavelmente goesas (fig 18).



Fig. 18

Os grandes senhores da Europa, imperador, reis, banqueiros e mesmo a nossa rainha D. Catarina de Áustria, mandavam os seus agentes a Goa, embora os estrangeiros comprassem as preciosidades do Oriente, sobretudo já em Lisboa, na Rua Nova dos Mercadores (Fig. 19), de que temos inclusivamente uma notável representação gráfica recentemente revelada e que data do século XVI ³⁴. Temos que tomar atenção às descrições que viajantes estrangeiros fizeram de Lisboa, muitos deles chegados à capital portuguesa com o único propósito de adquirir as maravilhas exóticas e ou preciosas de África, mas sobretudo do Oriente, como recentemente lembrou Kate Lowe num excelente texto ³⁵.



Fig. 19

Goa tornou-se a capital do Estado Português da Índia, na década de trinta do século XVI, substituindo a primeira, que era Cochim. Com a expansão para Leste, com a chegada a Malaca, em 1511, à China em 1513, e ao Japão em 1543, e sobretudo depois do estabelecimento em Macau, por 1557, sobretudo no que toca ao Celeste Império, ao Japão e outros reinos situados no Extremo Oriente, foi o local de centralização de todos estes bens de luxo, além das especiarias. Podemos afirmar que, em média, a Carreira da Índia era constituída por 15 naus, durante grande parte do século XVI, sendo a parte essencial da carga especiarias. Porém, com a presença de holandeses e ingleses no Índico, no século XVII, esse número de naus veio a estabilizar-se, no último terço do século XVII, em 3 por ano, mas no volume de carga, 80% era já ocupado por mobiliário e preciosidades, ficando os outros 20%, ou menos, para as especiarias.

Na Índia, fabricavam-se também móveis noutras cidades que não Goa, onde se fazia de tudo, e onde estavam instalados artistas de muitos locais, incluindo chineses, como os viajantes assinalam. Essas cidades mais importantes eram Chaúl, Tane ou Taná e Cochim. De Chaúl e Tane nada sabemos e é impossível conhecer como eram esses móveis, mas dada a sua localização e o que se encontra hoje mais a Norte, em Damão e em Diu, tudo leva a acreditar que fossem obras como as de Goa e dessas duas outras cidades. Já no Malabar, em Cochim, a enorme colónia chinesa produziu até à conquista holandesa, em 1663, obras com carácter distinto, muitas de aspecto sínico, outras próximas das de Goa, mas com madeiras geralmente distintas das do Concão. Uma das obras, um móvel dentro da categoria que estamos a estudar, ou seja, adequados a câmaras de maravilhas é esta arca-escritório dourada por fora e lacada a vermelho e com “chinoiseries” no interior, datável do século XVI (Fig. 20).



Fig. 20

Quer em Cambaia, em pleno território do Grão-Mogol, quer nas outras cidades, como também no Ceilão e, mais a Leste, na Ilha de Kyuxu, no Japão, onde a presença portuguesa se fez notar com mais peso, criaram-se indústrias de móveis e objectos preciosos viradas para a exportação, fenómeno que na China teve paralelo com as porcelanas, pois os clientes estavam garantidos. Os portugueses, dominaram este mercado durante todo o século XVI e a esmagadora maioria das obras exóticas que integraram as câmaras de maravilhas europeias chegaram via Goa. Essas porcelanas tinham os mais variados formatos e funcionalidades. Inicialmente, no período da Dinastia Ming, que se manteve no Poder até 1645, Portugal dominou esse mercado, havendo peças com heráldica real, como já se disse, mas também de comerciantes e até nobres, governadores de praças e vice-reis ³⁶. Num primeiro momento, as porcelanas eram tão preciosas que frequentemente levavam montagens em prata e eram dotadas de estojos em cabedal e madeira, como esta taça quinhentista que apresentamos (Fig. 21).



Fig. 21

Mas estando a tratar de móveis, temos que referir que da China chegaram via Malaca e, depois, Macau, outros tipos, destacando-se escritórios de pequenas dimensões, forrados a carapaça de tartaruga transparente e que possuem na estrutura da caixa e nas frentes de gavetas cenas do quotidiano de portugueses a viverem nessas paragens. São de um nível muito elevado de execução e muitíssimo raras (Fig. 22).



Fig. 22

Os artistas chineses, certamente com desenhos dados pelos encomendantes, conseguiam seguir a estrutura das cenas, mas como nunca teriam visto um europeu, e apesar das roupas à portuguesa, fizeram os rostos ao modo chinês. E, para não me alongar mais, remeto para o fundamental artigo de Hugo Miguel Crespo e para os inventários aí revelados, em "Global Interiors on the Rua Nova in Renaissance Lisbon", *The Global City, On the Streets of the Renaissance*, p1201 e segs.

Como já antes dissemos, os portugueses chegaram em 1543, a Tanegashima, na Ilha de Kyushu, voltando no ano seguinte e não parando, até cerca de 1636, de levar anualmente, pelo menos, uma não carregada de bens de luxo, tecidos, sobretudo seda chinesa, animais, mobiliário, cobre e armas de fogo, que até então eram desconhecidas no Japão³⁷. Em sentido contrario, carregavam sobretudo prata, para comerciar depois com a China, e também objectos de luxo, entre os quais se incluíam pequenos móveis, que também integraram tesouros de nobres e de instituições religiosas. Aos comerciantes seguiram-se de imediato os missionários, sobretudo os jesuítas, que converteram alguns "Daimios", senhores locais, levando a que nas suas cidades se criassem oficinas, para fabricar objectos devocionais e utilitários para os que lá ficavam, mas sobretudo para exportar. No

fundo, o mesmo fenómeno a que assistimos nas terras do Império Mogol, sobretudo no Gujarate e em Cambaia, e no Ceilão ³⁸.

Os artistas e artífices nipónicos fizeram esculturas em marfim representando Cristo, a Virgem e alguns santos, fizeram pinturas de matriz europeia, restringindo esta actividade aos jovens que aprenderam com os jesuítas nos seminários, oratórios de pendurar, sobretudo a caixa e as portas, já que as pinturas eram em geral enviadas de Lisboa, quase sempre sobre cobre, e outros itens devocionais.

Interessa-nos aqui os pequenos móveis, susceptíveis de integrarem as câmaras de maravilhas europeias, e desses, apesar de conhecermos algumas mesas, arcas, tabuleiros e, obviamente, os famosos biombos com a representação pormenorizada dos portugueses a chegarem a Nagakáki. Destacamos três tipologias. A primeira é a do baú, forma que não existia no Oriente, antes dos portugueses lá chegarem (Fig. 23). Conhecemos muitos que medem entre menos de 10 cm até cerca de 1,5 metros, como a que existe numa ermida nos arredores de Segóvia e foi oferta de Filipe III, sempre com cobertura de laca, decorados a “uruxi” e “maqui-é”, com incrustações de madrepérola e com ferragens em cobre dourado.



Fig. 23

Os japoneses copiaram também os escritórios e os contadores, sempre com o mesmo tipo de revestimento, embora, por vezes, nos apareça a utilização da pele de raia, mas que é raro. Este escritório que mostramos como exemplo é quase paralelepípedo, com pega superior para transportar e uma decoração nas reservas de cariz naturalista com folhagem e aves. Esta decoração varia muito, podendo ser deste tipo ou apenas geométrica (Fig. 24).

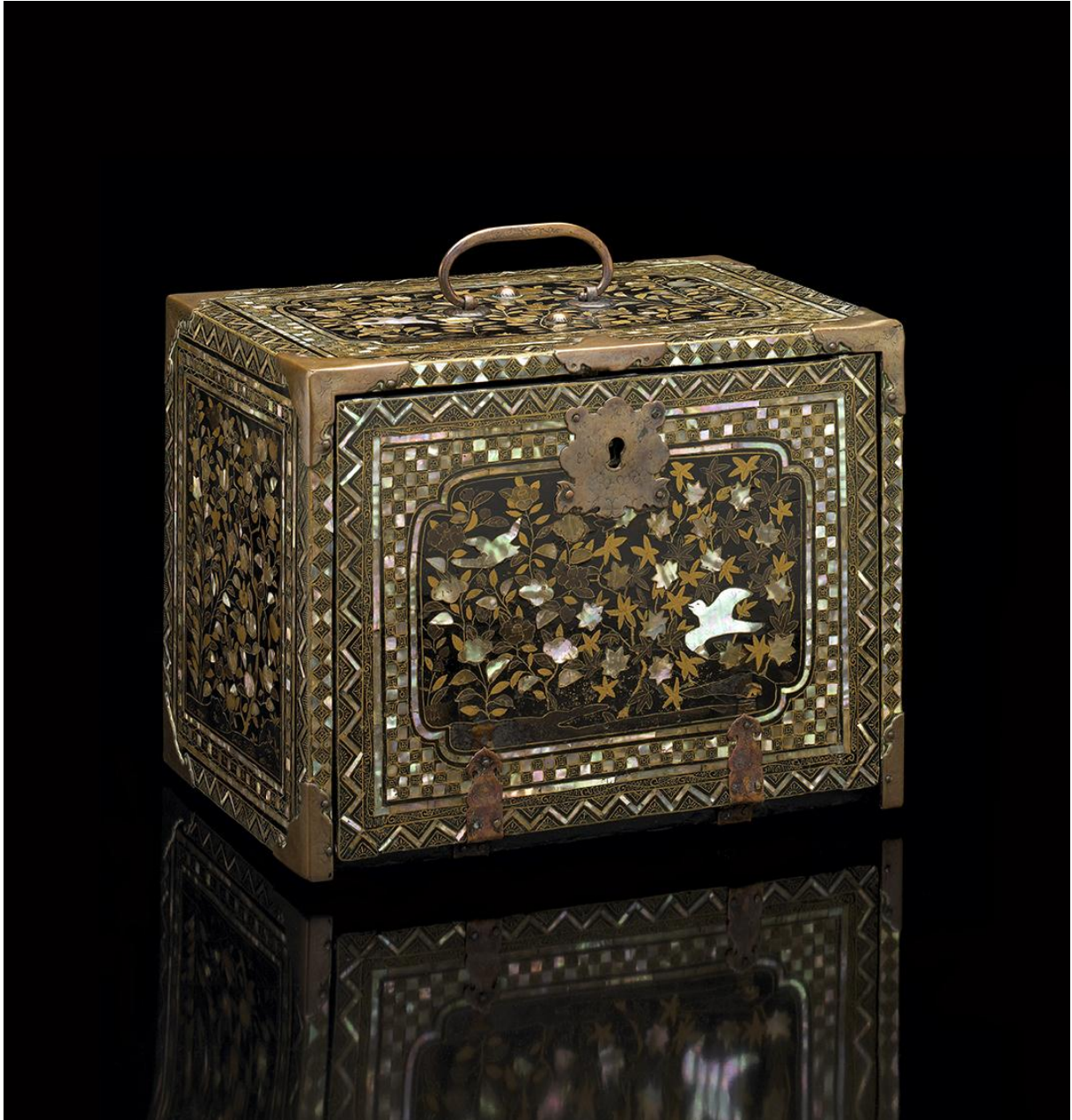


Fig. 24

O último pequeno móvel de origem namban que falamos é o vento. Esta é a única Tipologia da arte que podemos chamar luso-japonesa que não tem uma estrutura europeia, pois era própria do Japão. Curiosamente, ao serem exportados para Ocidente, acabaram por começar a ser copiados na Índia, sobretudo em Goa, onde se fizeram muitos, mas com a decoração própria da arte goesa ou luso-goesa, para sermos mais precisos. O ventó caracteriza-se por ter uma estrutura paralelepipedica próxima do cubo, pega superior, porta de abrir lateralmente e, na “fábrica” uma série de gavetas finas sobrepostas ou compartimentos altos. Este que apresentamos é dos mais raros e mais belos, do norte da Índia, Mogol, com uma fantástica decoração de laca enriquecida com flores e pássaros de excelente desenho e colorido (Fig. 25).



Fig. 25

Ainda no alinhamento geral da nossa comunicação gostaríamos, antes de terminar, de apresentar dois pequenos móveis, que julgamos únicos e inéditos, revelando-os em primeira mão neste congresso sobre mobiliário, concretamente dois cofres feitos com osso de elefante, originários do Ceilão, mas cuja morfologia se filia claramente nas dos portugueses (Fig. 26). Vimos antes, como era constante o fabrico de cofres em marfim, e tratámos até dois que foram ofertas diplomáticas, e que pelos condicionalismos históricos que os envolveram teriam

que ser do mais alto nível. Note-se que o marfim é muito mais fácil de trabalhar do que o osso, apesar de provir do mesmo animal, pois parte-se ou racha-se com bastante facilidade, tornando-se muito difícil de esculpir e trabalhar (Fig. 27). Consideramos a utilização deste material um expoente do exotismo no mobiliário, que tanto fascinou e marcou esta época. Estes pequenos móveis levantariam, com certeza, enormes dúvidas e especulações acerca da escala dos animais em causa e provocariam reacções muito variadas no imaginário das gentes.



Fig. 26



Fig. 27

Os ossos da pata anterior dianteira do elefante Salomão, que foi oferecido pelo rei de Portugal D. João III, em 1551, a Maximiliano II, rei da Boémia e arquiduque da Áustria, foram aproveitados, em 1554, quando da morte do paquiderme, para fazer um tamborete, que integrou a câmara de maravilhas do seu palácio³⁹ (fig.28). Por aqui se pode avaliar o apreço que a realeza europeia tinha por estas raridades, por estranhas que hoje nos pareçam. Os europeus estavam familiarizados com as presas de elefante em bruto, conheciam-nas trabalhadas, desde logo transformadas em trompas, mesmo ainda na Idade Média, mas não conheciam, não viam os ossos dos paquidermes, por motivos que facilmente se percebe.

Os móveis de pequenas dimensões e em metais ou outras matérias preciosas foram muitos e diversificados, e fizeram um longo caminho, até às câmaras de maravilhas do Renascimento, e restringimo-nos, por questões de tempo, naturalmente, ao século XVI, a que a Historiografia do Índico chama, com razão, a nosso ver, o “Século Português”.



Fig. 28

NOTES

- ¹ Pedro Nunes, *Tratado em Defensam da Carta de Marear*, Imprensa de Valentim Fernandes, Lisboa, 1537.
- ² Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, (reimpressão) 1991; Francisco Bethencourt & Kirti Chauduri, *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998.
- ³ António Luís Ferronha, Mariana Bettencourt & Rui Loureiro, *A Fauna Exótica dos Descobrimentos*, Edições Elo, Lisboa, 1993.
- ⁴ Alfredo Margarido, *As surpresas da Flora no Tempo dos Descobrimentos*, Edição Elo, Lisboa, 1994.
- ⁵ Pedro Dias, *Atlas da Arte Portuguesa no Mundo*, Santander Totta, Lisboa, 2007, p. 14 e segs.; Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo. Os Descobrimentos e a Arte do Reino*, Público, Lisboa, 2009, vol. 15, p. 9 e segs.
- ⁶ *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos portugueses*, edição de Luís de Albuquerque, Lisboa, 1986; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, 1949; Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de el-Rei D. Manuel*, edição de Joaquim Ferreira, Porto, 1944; Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquistas da Índia pelos Portugueses*, 3ª edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1979; João de Barros, *Ásia de...*, edição de Manuel Múrias, Lisboa, 1945; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1975; e Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1945.
- ⁷ Annemarie Jordan Gschwend, “As Maravilhas do Oriente: Coleções de Curiosidades Renascentistas em Portugal”, (Catálogo da Exposição) *A Herança de Rauluchantim*, direcção de Nuno Vassallo e Silva, Lisboa, 1996, p. 83 e segs.
- ⁸ Ana Maria Alves, *Iconologia do poder real no período manuelino*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984; João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I: 1469-1521 : um príncipe do Renascimento*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- ⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, edição de Manuel Lopes de Almeida, Civilização Editora, Porto, 1975, vol. I, p. 140.
- ¹⁰ J. A. Da Graça Barreto, *A Descoberta da Índia ordenada em tapeçaria por mandado del-rei D. Manuel*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1880.
- ¹¹ Pedro Dias, *À maneira de Portugal e da Índia. Uma tapeçaria inédita*, VOC, Porto, 2007
- ¹² Ezio Bassani & William B. Fagg, *África and Renaissance: art in ivory*, The Center for African Arts, New York, 1988, pp. 234-235.
- ¹³ Maria José Goulão, “Corpos estranhos: Diferenças étnicas e construções raciais, na cultura visual do Renascimento”, digitart, Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes, Porto, 2015, n° 2, p. 65 e segs.
- ¹⁴ Pedro Dias, “A Descoberta do Oriente”, (Catálogo da Exposição) *A Herança de Rauluchantim*, coordenação de Nuno Vassallo e Silva, CNCDP, Lisboa, 1996, p. 41.
- ¹⁵ Anselmo Braancamp Freire, “Inventário do Guarda-Roupa de D. Manuel”, *Arquivo Histórico Portuguez*, Lisboa, 1904, vol. II, pp. 381-417.
- ¹⁶ Carlos de Azevedo, “Um artista italiano em Goa. Plácido Francesco Ramponi e o túmulo de S. Francisco Xavier”, *Garcia de Orta*, Lisboa, 1956, número especial, p.305
- ¹⁷ Nuno Vassallo e Silva, “A Arte da Ourivesaria na Índia Portuguesa, (Catálogo da Exposição) *A Herança de Rauluchantim*, p. 17.
- ¹⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, pp. 268-270.
- ¹⁹ Annemarie Jordan Gschwend, “Catarina de Áustria: Coleção e Kunstkammer de uma princesa renascentista”, *Oceanos*, CNCDP, Lisboa, 1993, n° 16, pp. 62-70; Annemarie Jordan Gschwend, *A rainha colecionadora. Catarina de Áustria*, Lisboa, 2011.
- ²⁰ Annemarie Jordan Gschwend & Almudena Perez de Tudela, “Exótica Augsburgica. La Casa de Austria y las colecciones exóticas en el Renacimiento Temperano”, (Catálogo da Exposição) *Oriente en Palacio. Tesoros asiáticos en las colecciones reales españolas*, edição de Marina Alfonso Mola & Carlos Martinez Shaw, Madrid, 2003, p. 28.
- ²¹ Mário Beirão Reis, *Ourivesaria Civil Indo-Portuguesa. As Salvas de D. João de Castro*, Lisboa, 1977, p. 13; Nuno Vassallo e Silva, “Preciosidades e maravilhas entre Goa e Lisboa”, (Catálogo da Exposição) *Exotica. Os*

Descobrimientos Portugueses e as câmaras de maravilhas do Renascimento, coordenação de Helmut Trenek & Nuno Vassallo e Silva, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2001,

²² Annemarie Jordan Gschwend, “As Maravilhas do Oriente: Coleções de curiosidades renascentistas em Portugal”, (Catálogo da Exposição) *A Herança de Rauluchantim*, p. 109.

²³ Amin Jaffer & Melanie Anne Schwabe, “A group of sixteenth-century ivory caskets from Ceylon”, *Apollo*, Londres, Março de 1999, pp. 3-14.

²⁴ Annemarie Jordan Gschwend, “As Maravilhas do Oriente: Coleções de curiosidades renascentistas em Portugal”, (Catálogo da Exposição) *A Herança de Rauluchantim*, p. 105.

²⁵ Annemarie Jordan Gschwend, *The development of Catherine of Austria's collection in the Queen's household: Its character and cost*, Brown University, 1994, (diss. De doutoramento policopiada).

²⁶ Annemarie Jordan Gschwend, “As Maravilhas do Oriente: Coleções de curiosidades renascentistas em Portugal”, (Catálogo da Exposição) *A Herança de Rauluchantim*, p. 125.

²⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. III, p. 823.

²⁸ *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, edição de António da Silva Rego, Lisboa, 1948.1958, vol. III, pp. p. 500.

²⁹ Jorge Flores, “Uma mercê de Mão Divina: A Ásia Portuguesa e os Tesouros de Ceilão”, (Catálogo da Exposição) *Exotica. Os Descobrimientos Portugueses e as câmaras de maravilhas do Renascimento*, coordenação de Helmut Trenek & Nuno Vassallo e Silva, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2001, p. 84.

³⁰ Susan Stronge, “Ouro e Prata na Corte Mogol nos séculos XVI e XVII”, (Catálogo da Exposição) *A Herança de Rauluchantim* .p.63 e segs.

³¹ Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário ou navegação de....*, (1ª ed. 1596) edição de Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, CNCDP, Lisboa, 1997, pp.95-97.

³² Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário ou navegação de....*, p. 148.

³³ Francisco Pyrard de Laval, *Viagem de....*, (1ª edição portuguesa 1679) edição de A. De Magalhães Basto, Porto, 1944, vol. II, p 183 e segs.

³⁴ Annemarie Jordan Gschwend & Kate Lowe, “Princess of the Seas, Queen of Empire: Configuring the City and Porto of Renaissance Lisboa”, *The Global City. On the Streets of Renaissance Lisboa*, edição de Annemarie Jordan Gschwend & Kate Lowe, Paul Holberton Publishing, Londres, 2015.

³⁵ Kate Lowe, “Foreign Descriptions of the Global City: Renaissance Lisboa from the outside”, *The Global City. On the Streets of Renaissance*, p. 37 e segs.

³⁶ Pedro Dias, *Heráldica Portuguesa na Porcelana da China Ming*, VOC, Porto, 1910.

³⁷ Charles Ralph Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, Macau, 1989; João Paulo de Oliveira e Costa, *Portugal e o Japão. O Século Namban*, Lisboa, 1993.

³⁸ Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo. Japão*, Público, Lisboa, 2009, vol. 14.

³⁹ Anna Jackson & Amin Jaffer, "Encounters, the Meeting of Asia and Europe 1500-1800, V&A, 2004.